O JORNALISMO COMO MIDIATIZADOR DA CULTURA INDÍGENA NA AMAZÔNIA

Pollyana Dourado dos Santos[1]

RESUMO: O artigo propõe uma análise sobre a midiatização do discurso jornalístico sobre o indígena na Amazônia. Entende-se que o discurso é um conjunto de enunciados que podem surgir em determinado tempo e espaço a partir de sua condição histórica. A partir desta perspectiva, esta pesquisa tenta refletir sobre a importância do jornalismo enquanto dispositivo que representa as relações de saber e poder em sociedade. O corpus a ser analisado será o conteúdo jornalístico publicado pelo G1 na cobertura da Região Norte no Dia do Índio, 19 de abril de 2016.

Palavras-chave: Jornalismo. Discurso. Cultura indígena. Midiatização. Pós-estruturalismo.

1 O DISCURSO JORNALÍSTICO E O PROCESSO DE MIDIATIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

O artigo em questão propõe uma análise discursiva sobre a construção do acontecimento jornalístico que representa a memória e identidade dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira/ Região Norte. Para isto, utilizou-se como método a Análise do Discurso (AD) de viés foucaultiano e pós-estruturalista[2], haja vista que enquanto ferramenta metodológica busca reconhecer que o "objeto" que analisamos também tem vida, também são sujeitos e possuem locais de fala. A análise é precedida por uma contextualização da condição geopolítica dos povos indígenas da Região Norte, entendendo que a comunicação só pode ser pensada quando a compreendemos dentro do contexto em que ela está inserida (BRAGA, 2001).

Para isto, torna-se necessário uma reflexão sobre o conceito de midiatização que pode ser pensado a partir da criação de realidades produzidas pela mídia, em que todas as relações sociais passam pela condição midiatizada: só é real o que é midiatizado. Hjarvard (2012; 2014) considera que a mídia globalizada ganhou tanta autonomia ao ponto de tornar-se organizadora dos outros campos sociais.

[1] Doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (POSJOR/UFSC); Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Especialista em História Cultural pela (UFG); Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e Licenciada em História pela (UFAC). E-mail: pollyanadourado@hotmail.com

[2] O conceito é utilizado nesta pesquisa como os pressupostos de Foucault (1972; 1979) e do que Derrida (2004) considera como desconstrução: uma ruptura epistêmica com a ciência instrumental e com o discurso do estruturalismo a partir do determinismo econômico.

> A midiatização reflete a nova condição da importância intensificada e em transformação da mídia na cultura e na sociedade. Ela denota os processos pelos quais a cultura e a sociedade tornam-se cada vez mais dependentes dos meios de comunicação e sua lógica como mídia integra-se em práticas culturais e sociais em vários níveis. (HJARVARD, 2014, p. 26).

O conceito de midiatização, em Hjarvard (2014), refere-se ao desenvolvimento da sociedade e sua interação com a mídia. Tal fato promove a existência de uma sociedade que estabelece sua existência, de forma crescente, a partir das mediações proporcionadas pelas tecnologias de informação. Neste sentido, o jornalismo também é transformado a partir destes processos, tendo em vista que não apenas modificou-se tecnologicamente, mas, sobretudo, sua relação com a sociedade foi mudada. A sociedade afastou-se cada vez mais da condição de receptora para ser também fornecedora de informações, participando de forma mais intensa em relação ao enquadramento das notícias. Contudo, o que se propõe nesta breve reflexão é discutir a seguinte questão: midiatizar a cultura indígena através dos jornais promove, de fato, emancipação social e democratização de vozes?

Há no jornalismo um potencial não apenas divulgador, mas educador acerca dos fenômenos informados: não apenas se diz sobre a Amazônia, o jornalismo é "um lugar de produção e elaboração de sentidos" (BENETTI, 2007, p. 107), estabelece formas consideradas certas e erradas de lidar com a floresta e seus povos. A partir da construção de notícias pelos jornais tem-se a seguinte indagação: o que torna um fato de interesse público? Estas questões podem contribuir para a compreensão do papel social e objetivos da notícia em uma sociedade midiatizada. Wolton (2009) afirma que a sociedade mundializada[3] ou globalizada possibilitou um alcance de relativa autonomia aos seus receptores. Há um processo paradoxal vivenciado por essa sociedade que o autor considera bem distante de uma "aldeia global": ao mesmo tempo que as tecnologias de informação transmitem a ideia de que estamos todos conectados e inclusos, cada vez mais os cidadãos tornam-se conscientes dos processos de exclusão criados pelo sistema capitalista.

> O essencial da comunicação não está na performance das técnicas, nem na abertura dos mercados, mas na necessidade de pensar a comunicação. De qual modelo de comunicação necessitamos em nossas sociedades abertas com identidades fragilizadas? Quais as condições necessárias para que a comunicação, e não as tecnologias, linha limítrofe da modernidade, mantenha-se fiel a uma certa visão do homem e de sua emancipação? (WOLTON, 2012, p. 54).

[3] O objetivo de Wolton (2009) é buscar romper com uma proposta de globalização excludente e propor uma nova globalização que ele chama de mundialização, com a ideia de discutir o desenvolvimento tecnológico associado à emancipação social.

Quando Wolton (2011) afirma que o problema da comunicação não consiste no ato de informar, referente ao desenvolvimento dos formatos tecnológicos do jornalismo e das novas tecnologias de comunicação, ele está produzindo uma crítica ao discurso da tecnologia como sinônimo de progresso. Wolton (2012) ainda nos alerta sobre a ilusória sensação de que ao modernizar as práticas jornalísticas e comunicacionais estaríamos produzindo uma comunicação democrática e de interesse público: a análise do discurso desta pesquisa nos mostra que esta relação não é congruente.

Neste sentido, torna-se necessária a reflexão sobre o conceito de midiatização em Braga (2008) que diverge de Hjarvard (2014) em relação ao poder da mídia e suas apropriações sociais:

> [...] não entendemos que "midiatização" corresponda a uma ampliação ou predomínio da indústria cultural sobre a sociedade. Ao contrário, as inúmeras possibilidades que vão se desenvolvendo para criticar, para apreender reflexivamente os produtos e processos dessa indústria, para setores da sociedade agirem nas mídias e pelas mídias, os esforços de regulamentação político-social – tudo isso, ao contrário, torna a presença da indústria cultural um elemento não homogeneizante do social. (BRAGA, 2008, p. 35).

Braga (2008) refere-se à complexidade do processo comunicativo, ou seja, não é absoluto o poder da mídia assim como não é absoluto o processo de absorção das informações como identifica a teoria behaviorista. É um processo complexo que o autor considera como interações mediadas pelas tecnologias ou midiatização como processo interacional. Não nega o poder midiatizador enquanto consequência da globalização, mas também não descarta a possibilidade da sociedade tornar-se autônoma e emancipada diante dos processos de midiatização. Considera a possibilidade do receptor emancipado. Neste sentido, o autor em muito dialoga com a perspectiva de uma microfísica do poder. Foucault (1979) não nega o poder das instituições sociais e nem dos dispositivos de disciplinarização dos corpos, por isso ele descreve o panopticon de Bentham. Contudo, o autor emancipa os sujeitos quando ele analisa as possibilidades de rupturas com um poder que se pretende hegemônico. As redes de poder das quais nos fala Foucault (1979) colocam a sociedade diante de um poder que se pretende vertical, mas que a sociedade pode horizontalizá-lo.

Ora, nada mais é do que aplicar as possibilidades de empoderamento dos sujeitos diante dos inúmeros regimes de opressão social. Contudo, é necessária a reflexão que Machado(2014, p.176) produz em relação ao culto de uma possível aldeia global que estaria vivendo a plenitude da ação comunicativa: "Quando todos são emissores, não há mais

emissor. Emissor-receptor, o internauta está fora da massa. A comunicação sai do estigma da manipulação para entrar na utopia da mediação".

Há um conflito conceitual em torno do termo mediação: Barbero(2008) usa o termo para expressar a possibilidade que os receptores possuem de filtrar e, portanto, exercerem poder ao ler criticamente a mídia e nisto residiria o poder de mediação. Contudo, há uma apropriação otimista no conceito de mediação que encobre outras esferas: o poder que os meios acionam nas subjetivações do eu (FOUCAULT, 2001). A proposta que críticos do conceito de mediação apresentam é de que as relações sociais é que possuem o protagonismo e os meios é que se estabelecem estrategicamente para tentarem produzir as mediações. O conceito de midiatização que esta pesquisa se baseia é a que evidencia que o processo de midiatização é permeado pela possibilidade de autonomia e emancipação dos sujeitos como em Braga (2008).

São estas as questões que movem esta pesquisa: uma tentativa de romper com a lógica de isenção, imparcialidade, do jornalismo como um quarto poder e da busca de encaixá-lo tanto como prática quanto como conhecimento dentro dos padrões de nossos colonizadores. Neste contexto, cabe a seguinte reflexão:

> [...] no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizou os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: *índios*. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. (QUIJANO, 2005, p. 116).

O autor acima detalha o processo de colonização e silenciamento de inúmeras identidades na América a partir da invasão do europeu. Reduzir inúmeras etnias a uma categoria universalizante, linear e pejorativa de "índio", foi um ato de "batizar" todo aquele que não era europeu como incivilizado e fora dos padrões de desenvolvimento. E assim também foi feito com os saberes científicos construídos, sobretudo, sobre e para a América Latina: a ideia do descobrimento da América revela o discurso de superioridade e "espírito expansionista do europeu". Estes discursos não se evadiram no decorrer da história, eles permanecem nas propagandas oficiais do Brasil, nos informando a ideia de que o padrão educacional que devemos seguir é o da Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, entre outros. Logo, a proposta deste artigo é de identificar as continuidades e descontinuidades das formações discursivas que condicionaram o índio à condição de um não sujeito.

2 UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A COBERTURA DO DIA DO ÍNDIO NA REGIÃO NORTE

Ao produzir uma análise discursiva a partir dos postulados foucaultianos que compreendem que não há um real da língua sem um real da história, visualiza-se a necessidade de compreender qual a importância do conceito de cultura, sobretudo, quando se busca analisar a midiatização jornalística da cultura indígena. Neste sentido, tem-se que a:

> [...] cultura é definida como um processo original e igualmente constitutivo, tão fundamental quanto a base econômica ou material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos – e não uma mera reflexão sobre a realidade depois do acontecimento. (HALL, 2006, p. 25-26).

A reflexão da ideia de cultura como reflete Hall (2016) é oriunda de um conceito permeado de várias dicotomias: cultura x natureza; marxistas economicistas x marxistas culturalistas, entre outros eixos. A necessidade de compreender o conceito de cultura como algo que represente as mais diversas complexidades e singularidades humanas é fundamental na medida em que se entende a necessidade de ruptura com o totalitarismo das categorizações que tanto a ciência tradicional se pautou. Os estudos culturais, cada vez mais em expansão na construção de teorias pós-coloniais, encontram-se permeados de conflitos epistemológicos: a necessidade de estabelecer uma teoria, de fato, democrática, ainda encontra empecilhos para agregar a pluralidade conceitual, mesmo que elas partam da mesma matriz teórica.

Há uma disputa geopolítica sobre qual discurso teórico seria mais válido para pensar as desigualdades: uns que defendem que elas emanam, essencialmente, de uma disfunção econômica e outros que buscam compreendê-las de forma horizontal, como uma rede de exclusões interligadas. Nesta pesquisa, entende-se que a cultura é um conceito que precisa ser pensado para além destas dicotomias e, sobretudo, com um olhar voltado para a abrangência e complexidade que este conceito exige.

A partir desta reflexão sobre o conceito de cultura é possível compreender como o corpus analisado transforma a história em notícia. Durante o dia do índio, em 2016, a cobertura do G1 na Região Norte publicou sete notícias referentes a ideia que se faz do indígena.

Matérias divulgadas no dia 19 de abril de 2016 pelo G1						
Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
1. 'Nossa luta hoje é manter a tradição', diz cacique de tribo no interior do AC		2. Para estudiosos no AM, índios ainda são tratados como 'subcidadãos'.	3. No dia do Índio, indígenas outorgam grau como professores na Uepa.		4. Índios de Roraima enfrentam cidade para realizar sonho de cursar nível superior.	5. 'A data não é de comemoração, é de luta', diz indígena sobre Dia do Índio.

Quadro 1 - Notícias sobre o "Dia do Índio" na Amazônia.
Fonte: Produzido pela autora.

Para produzir uma ressignificação dos acontecimentos do passado, o jornalismo precisa de um fato novo. A manchete que se refere à comemoração do Dia do Índio na reportagem (1) pode ser um exemplo de como o jornalismo produz a relação presente/passado com a sociedade. Nesta reportagem há uma narrativa sobre a história da região como forma de valorização e manutenção das tradições. A notícia em questão utiliza elementos da história indígena no Acre como forma de contextualizar a notícia desta data comemorativa e uma invocação da memória para a manutenção da cultura indígena diante de um contexto de globalização.

> Essa emergência do 'lembre-se' foi, de certa forma, é coincidente com a constatação da importância da memória para a formação dos indivíduos. Ela se torna uma demanda pessoal na medida em que traz consigo uma força coercitiva que diz respeito à descoberta das raízes ou do pertencimento a algum grupo que possa se tornar uma fonte de identidade. (CASADEI, 2012, p. 120).

A autora acima enfatiza a importância de compreender que ao delimitar qual memória deve-se ter, também se definem determinadas identidades. Partindo deste pressuposto, é possível identificar que a notícia (1) constitui-se no único exemplo de discurso em que a data comemorativa diz respeito à valorização das tradições e do respeito à cultura dos povos originários. Todo o restante do corpus evidencia o contato com a cultura não índia, seus ganhos (matéria 3) e suas perdas (matéria 5). Nota-se, assim, a importância da utilização da memória pelo discurso jornalístico: a necessidade de problematizar como o jornalismo ressignifica o passado é referente ao poder disciplinador (GOMES, 2004) que ele de certa forma ainda possui. Quando o jornalismo constrói seus discursos sobre a construção de uma memória para comemoração e rememoração ele dita o que deve e o que não deve ser visto, lido e, portanto, considerado como história ou fato importante. Logo, ele edita o passado para traduzir o presente.

A matéria (1) e (3) são as únicas que entrevistam uma mulher indígena e a colocam na condição de sujeito. Contudo, é possível visualizar na matéria (3) que a fala da mulher

indígena só se torna legitimada com a voz do reitor. A matéria (1) apresenta a mulher indígena como guardiã da cultura: "Somos a quinta geração, então temos que comemorar e garantir nosso respeito perante a sociedade. No Brasil têm indígenas e precisamos ser valorizados", diz com entusiasmo a estudante Edevania Poyanawa, de 33 anos" (NOSSA LUTA, 2016). Esta é a única fala de uma mulher indígena que a coloca como sujeito, exigindo direitos e alertando sobre um passado que não foi extinto: ao exigir respeito à mulher indígena remete a várias formações discursivas de negação da existência desta identidade étnica como digna de viver em sociedade.

Na notícia (2), o jornal on-line utiliza um recurso utilizado em demasia pelo telejornalismo: entrevistas com autoridades sobre determinado tema como forma de garantir credibilidade. A notícia informa sobre a atual condição indígena no Amazonas referente ao processo de migração das aldeias para a cidade. Percebe-se, nesta reportagem, o jornalista exercendo o papel de investigador dos problemas da sociedade, pois além de ouvir os especialistas acerca da condição indígena, o jornal também informa sobre os problemas enfrentados por esses sujeitos. O próprio título da matéria já é de denúncia: "Para estudiosos no AM, índios ainda são tratados como 'subcidadãos'". Contudo, apesar de a notícia possuir em seu título um conceito contemporâneo[4] de crítica às teorias clássicas de cidadania, no interior de sua matéria as regras de formação (FOUCAULT, 1972) ainda permanecem sendo feitas a partir da norma estruturalista: entrevista-se o pajé e silenciam-se as mulheres indígenas, por exemplo. As notícias (2) e (5) são exemplos de como o jornalismo legitima seus discursos com a voz de autoridades sobre os temas que trata, pois as duas matérias possuem o mesmo perfil: entrevista com especialistas para legitimar seu discurso denunciativo e garantir a credibilidade jornalística.

A matéria (3), cujo título refere-se à formatura de professores indígenas pela Universidade Estadual do Pará (UEPA), também é uma referência de como o jornalismo local traduz a memória e identidade destes sujeitos:

> Vestidos com a beca, os graduandos estarão com o corpo pintado e usarão o cocar, adorno que caracteriza a personalidade do índio dentro da comunidade. O cocar será substituído pelo capelo no momento em que o reitor da Uepa, Juarez Quaresma, os chamar para a outorga. (ÍNDIOS..., 2016).

O recorte citado demonstra como o jornalismo divulga ações de iniciativas multiculturais desenvolvidas pela UEPA, contudo, percebe-se também que o jornalismo

[4] SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania:** para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

enfatiza a substituição de trajes do cotidiano indígena, que passa agora pelo desenvolvimento científico, pelo traje "moderno" fornecido pela formação acadêmica. A informação de que o cocar será substituído pelo capelo reflete a passagem da cultura tradicional para a moderna como símbolo do progresso. Há neste ritual, descrito na matéria jornalística, uma alusão à formação intercultural como reivindicação indígena, o discurso é de diálogo entre o universo do indígena e o do não indígena. Contudo, o que se discute é: esta ação representa um processo de inclusão? Em nenhuma das matérias do corpus tratam de demarcação de terras indígenas e de dados institucionais sobre a atual condição destes povos na Amazônia. Tampouco se discute sobre o papel da mulher indígena nas comunidades. Ao identificar a permanência do discurso jornalístico como voz de um poder que silencia exclusões, o objetivo deste artigo é refletir sobre se estas formações discursivas, sobretudo, as que estão silenciadas, de fato incluem ou se é só mais um dos discursos que nos dão a ideia de que a sociedade atual vive em uma harmonia social, em que índios, brancos, negros e pardos vivem em equidade?

Há uma tentativa de "reparar uma história de exclusão", contudo, a operacionalização desta tentativa pelo jornalismo é feita nos padrões modernos da notícia, permeado de exclusões e silenciamentos. Sobre este aspecto, RAGO (1998) afirma a necessidade de uma nova epistemologia na estrutura dos saberes: não adianta apenas inserir sujeitos historicamente excluídos, como as mulheres, no interior da história como um adendo; é preciso que a deixem ser sujeito de suas teorias e metodologias. Assim como também não promove cidadania apenas realizar visitas às aldeias em uma data comemorativa e não realizar políticas públicas de reparação com a dívida de 500 anos que temos com os povos originários.

São por estas estratégias na elaboração de seu discurso que a empresa Globo de comunicações consolidou sua hegemonia: sob o rótulo de imparcial, justa e detentora da verdade. Steinberger (2001, p. 175) afirma que o jornalismo permanece "como bastião iluminista em plena pós-modernidade". Steinberger (2000) discute as contradições do jornalismo ao rogar para si o título de neutro, objetivo e imparcial em seus discursos, oriundos dos pressupostos iluministas. É sob este aspecto que uma análise dos discursos jornalísticos poderá contribuir para o exercício da cidadania: ao compreender e enfatizar as contradições entre uma perspectiva que seria ideal e as práticas discursivas do jornalismo. Entende-se, então, que o conceito de jornalismo perpassa pela reflexão de Steinberger (2000, p. 184): "o jornalismo é um conjunto de artifícios e estratégias para construir a impressão de verossimilhança."

Analisar os discursos jornalísticos é compreender sua vontade de verdade e o poder que ele ainda exerce em sociedade. Pensar em um jornalismo na Amazônia produzido pela maior empresa de comunicação da América Latina é buscar compreender o local de fala deste jornalismo diante de uma região excluída historicamente. Cabe, ainda, a reflexão de Steinberger (2000, p. 186) sobre o jornalismo: "[...] o jornalismo não é o espelho do mundo. Por mais bem comportado, objetivo e impessoal que seja, não relata tudo o que aconteceu – embora o público conivente insista em consumir noticiários para saber o que está acontecendo". O jornalismo é apenas um olhar diante de inúmeros outros sobre determinada realidade.

Ao analisar o discurso jornalístico da divulgação da formação acadêmica de indígenas(5), percebe-se que os enunciadores do discurso são apenas dois: a voz da instituição formadora (UEPA) e a do próprio jornal (G1). O indígena continua sendo apenas um "tema" ou "objeto" de reportagem. A mulher indígena é entrevistada apenas para legitimar o primeiro entrevistado, o reitor da instituição. Identificou-se que o indígena aparece nesta matéria jornalística como um elemento de fronteira entre uma ideia de preservação cultural e avanço moderno. O paradoxo existente entre cocar e o capelo revela a permanência de uma política de inclusão que não inclui, assim como o Dia do Índio, funciona para ilustrar, mas os sistemas de exclusão permanecem em várias formações discursivas.

Outra reportagem que demonstra esta formação discursiva é a que informa sobre a condição de enfretamento da cidade pelo indígena (4). A mensagem proposta nas fotos e no texto é de demonstrar a inclusão do indígena na cultura moderna através do acesso ao ensino superior. A ideia de que o indígena "enfrenta" a cidade ainda é a mesma da proposta dos colonizadores etnocêntricos: o indígena como um "não sujeito" que tem como desafio a cidade, como se esta fosse a referência do que é progresso e emancipação humana. Demonstra ainda como "um ser da selva" tem que enfrentar a cidade, dando a ideia de que a cidade não lhe pertence ou que precisa ser conquistada.

"Até março deste ano, 1.024 indígenas estavam matriculados na UFRR" (ÍNDIOS DE RORAIMA..., 2016). O seguinte recorte revela índices da condição indígena na região com dados que revelam o processo de inclusão do indígena em um universo de saber do não índio. Deixa registrado, ainda, a memória que precisa ser ensinada[5] nesta data (RICOEUR, 2007).

[5] Mesmo Ricoeur (2007) tecendo críticas ao pensamento foucaultiano, o conceito de memória ensinada e imposta na construção do acontecimento histórico perpassa pelo mesmo objetivo de Foucault (1972) ao trabalhar o conceito de formações discursivas e dispositivo: ele busca uma ruptura epistemológica com o pensamento positivista ou com a história dos sistemas de pensamento que construíram uma ciência instrumental no Ocidente.

Neste recorte, percebe-se que o jornalismo tem esse poder de ressignificar o passado através do seu discurso. Na tentativa de compreender como o jornalismo constrói o acontecimento, tem-se que:

> O jornalismo coloca-se como o mediador que possui a tarefa de trazer esse acontecimento exterior para a interioridade do texto, dando-lhe o destaque pertinente à importância que esses fatos somam para o público em geral. O jornalismo mostra-se como o próprio lugar em que o acontecimento transforma-se em texto. Um texto que se julga constantemente transparente, submetido a uma ética que lhe seria inerente. (PONTES; SILVA, 2010, p. 52).

Ao analisarmos como o G1 cobre o Dia do Índio em 2016, compreendemos o que os autores acima buscam explicar que o discurso de imparcialidade e neutralidade está presente em várias estratégias discursivas do jornalismo – o uso de dados oficiais é um dos recursos mais utilizados para garantir credibilidade ao registro que ele torna acontecimento. O poder do jornalismo reside justamente na capacidade de transformar informações privadas em públicas ou como (PONTES; SILVA, 2010) afirmam: é na instância da mediação entre o universo exterior e seu transporte para o discurso jornalístico que reside o conceito de acontecimento. Para os autores, a tentativa do jornalismo em garantir o estatuto legitimado de relator dos fatos e, portanto, criador dos acontecimentos do tempo presente, o aproxima muito mais do discurso positivista da ciência do que de uma aproximação com um relato do real. As tentativas das teorias do jornalismo visam, mesmo que criticando a busca de imparcialidade, afastar cada vez mais a ideia do jornalismo enquanto literatura, aproximando-o muito mais da mesma vontade de verdade (FOUCAULT, 1988) pela qual emerge o discurso científico.

> [...] a objetividade jornalística está ligada à qualidade de um produto jornalístico. Já a "imparcialidade ou o "equilíbrio" que se exigem da reportagem se relacionam com o conteúdo global de um veículo de comunicação, com os interesses existentes numa sociedade que dentro desse veículo compete com algum outro em torno da opinião pública. (KUNCZIK, 1997, p. 224).

Estes dois conceitos (objetividade e imparcialidade) são fundamentais quando se propõe a pensar o jornalismo enquanto discurso, pois uma vez compreendido como tal, a ciência o coloca em um estágio de tentativa de imparcialidade ou de alcance de um dos maiores princípios éticos do jornalismo: ouvir os dois lados dos fatos. Ao compreendermos o jornalismo como discurso, o conceito de objetividade vincula-se à produção de um discurso claro, conciso e coerente. O fato de o jornalismo utilizar recursos como fotografias, vídeos, entrevistas com autoridades ou definir o que é mais importante no primeiro parágrafo não

garantem o alcance da objetividade e este tem sido um dos maiores impasses no âmbito da construção de teorias que buscam padronizar o discurso e a pesquisa do jornalismo pautada nos preceitos do cientificismo cartesiano e àquelas vinculadas a teorias que buscam desmitificar o ideal da neutralidade axiológica (LÖWY, 1994). E, é neste sentido, que compreender o jornalismo como discurso possibilita a superação de alguns mitos da produção noticiosa, bem como a crença absoluta no poder dos jornais.

> La cuestión de quién y qué se considera real y verdadeiro es aparentemente una cuestión de conocimiento, pero también es, como Foucault aclara, una cuestión de poder. Tener o mostrar la <<verdade>> y la <<realidad>> es una prerrogativa enormemente poderosa dentro del mundo social, una forma por la cual el poder se dissimula como ontología. Según Foucault, una de las primeras tareas de la crítica es discernir la relación <<entre los mecanismos de coerción y los elementos de conocimiento>>. (BUTTLER, 2016, p.303).

Ao compreendermos o jornalismo como um dispositivo de saber/poder, pode-se entendê-lo como um dos mecanismos da sociedade moderna que disputam locais de fala sobre a vontade da verdade para estabelecer o que seria 'a verdade', o justo e o adequado. Buttler(2016) refere-se ao pensamento de Foucault(1972) porque ele representa a luta para identificar as regras de formação do pensamento ocidental para poder pensar em como estes conceitos materializam as relações de poder e desigualdade em sociedade.

A partir destas reflexões foi possível identificar que nenhuma matéria tratou de questões voltadas às temáticas mais polêmicas relacionadas à condição indígena na atualidade: demarcação de terras indígenas, a importância da mulher indígena em sociedade, a reintegração de posse da terra, o indígena no mercado de trabalho, o desflorestamento da Amazônia, por exemplo. Nisto reside a importância da análise do discurso:

> Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 1972, p.39-40).

É sob as condições de enunciação de determinados discursos e não outros que reside a necessidade de identificar as formações discursivas nos jornais: nesse corpus foi possível identificar que a formação discursiva predominante é a da tentativa de valorizar uma história que destruiu grande quantidade de etnias e que colocou este ser em uma categoria de não sujeito e sem terra. Contudo, acredita-se como Braga(2012) e Foucault(1979) que a sociedade é capaz de ressignificar as tentativas de dominação e colonização. Neste sentido, tem-se:

> O indígena, esse ser marginalizado, dominado, subjugado. Esse ser forjado numa sociedade "tradicional", numa sociedade fria, sem tempo; num mundo no qual perdeu sua memória na história de dominação, onde sua fala foi reprimida no silêncio da submissão. Esse ser, objeto de estudos antropológicos, revive no tempo atual transportando seus tempos imemoráveis, reinserindo-se em seu território, relocalizando-se no mundo globalizado a partir de suas lutas de resistência e de suas estratégias de reapropriação da natureza. (LEFF, 2007, p.215-216).

Há na proposta de Leff(2007) a busca por um saber ambiental que não leva em conta apenas às dinâmicas de uso e lucro da natureza, mas a construção de um saber ambiental que empreenda a complexidade das lógicas sociais. A proposta do autor é discutir o impacto de uma ciência instrumental que não mediu as consequências de criar saberes que visavam apenas o desenvolvimento industrial capitalista em detrimento do avanço das relações sociais, sobretudo, da relação do homem com a natureza. Para isto, o autor reflete sobre o indígena como um dos sujeitos que mais se interessam em uma desconstrução do pensamento instrumental da ciência tradicional. Neste sentido, é que torna-se necessário a problematização dos discursos sobre o indígena pelo jornalismo, pois este ainda consiste em um dispositivo capaz de contribuir na construção e desconstrução de identidades étnicas, de gênero, de classe, entre outros. É, sobretudo, pelo poder disciplinador que o jornalismo ainda possui que reside a importância da análise do discurso jornalístico: o jornalismo não é só um fenômeno do capital, ele materializa formas simbólicas que nos permitem ver o mundo de determinada forma e não outra.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo, assim como a história, representa o discurso oficial legitimado pelas instituições que dizem o que é importante e o que é adendo, anexo. O jornalismo recorta e dá sentido à determinada realidade. São regimes de verdade dos quais discute Foucault (1979). O autor afirma que "foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar" (FOUCAULT, 1979, p. 224). O autor considera que a sociedade moderna criou o jornalismo como tentativa de representar um relato por si justo e democrático, pautado, sobretudo, em uma ética da imparcialidade e objetividade. Informar e relatar eram premissas sobre as quais a modernização e profissionalização do jornalismo se pautou como forma de garantir à sociedade o discurso deste olhar isento sob determinado fato descrito.

A partir desta conclusão sobre a política do olhar (vontade de verdade) empreendida pelo jornalismo é que escolheu-se a análise do discurso foucaultiana como estratégia metodológica que possibilita refletir sobre como o jornalismo constrói a identidade destes sujeitos. É em busca da compreensão de Leff (2007), que problematiza a relação do homem com a natureza que esta breve reflexão buscou se pautar, na tentativa de valorização e desconstrução de formações discursivas que compreenderam o indígena como um não sujeito digno de um espaço, um abjeto nos termos de Butler (2010). Todas as matérias jornalísticas buscam reparar danos históricos, contudo, as marcas da condição de abjeto (BUTLER, 2010), a qual os povos indígenas foram condicionados, permanecem em várias formações discursivas.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **Campo da comunicação**: caracterizações, problematizações e perspectivas. João Pessoa: UFPB, 2001.

_____. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.). **Mediação e midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopres. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2016.

CASADEI, Eliza Bachega. **Jornalismo e ressignificação do passado:** os fatos históricos nas notícias de hoje. Curitiba: Appris, 2012.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã:** diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e Punir:** História da Violência nas Prisões. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo:** discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Edusp, 2003.

HJARVARD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 2, n. 5 p. 59-31, jan./jun. 2012.

_____. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 53-91, jan./jun. 2014.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: de norte a sul – Manual de Comunicação. São Paulo: Edusp, 2002.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** Tradução Sandra Valenzuela. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, Juremir. O pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação. HOHLFELD, A.; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Orgs.). **Teoria da comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. In: Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Editora UFRJ, 2008.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Padrelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento:** mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 15 nov. 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (Org.). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Mulheres, 1998.

RICOEUR, Paul. **História, memória e esquecimento.** São Paulo: Unicamp, 2007.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania:** para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

STEINBERGER, Margarethe Born. A ética do jornalismo latino-americano na geopolítica da pós-modernidade. In: DOWBOR, Ladislau et al. (Org.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOLTON, Dominique. **La otra mundialización:** las batallas contemporâneas por la diversidad cultural. Barcelona: Editorial Gedisa, 2009.

_____. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Periódicos on-line

‘A DATA não é de comemoração, é de luta’, diz indígena sobre Dia do Índio. **Portal de Notícias da Globo (G1)**, Tocantins, 19 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/04/data-nao-e-de-comemoracao-e-de-luta-diz-indigena-sobre-dia-do-indio.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

ÍNDIOS DE RR enfrentam cidade para realizar sonho de cursar nível superior. **Portal de Notícias da Globo (G1)**, Boa Vista, 19 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/04/indios-de-rr-enfrentam-cidade-para-realizar-sonho-de-cursar-nivel-superior.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

NO Dia do Índio, indígenas outorgam grau como professores na Uepa. **Portal de Notícias da Globo (G1)**, Belém, 19 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/04/no-dia-do-indio-indigenas-outorgam-grau-como-professores-na-uepa.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

‘NOSSA luta hoje é manter a tradição’, diz cacique de tribo no interior do AC. **Portal de Notícias da Globo (G1)**, Mâncio Lima, 19 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/04/nossa-luta-hoje-e-manter-tradicao-diz-cacique-de-tribo-no-interior-do-ac.html>. Acesso em: 30 jul. 2016.

PARA ESTUDIOSOS no AM, índios ainda são tratados como ‘subcidadãos’. **Portal de Notícias da Globo (G1)**, Amazonas, 19 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/04/para-estudiosos-no-am-indios-ainda-sao-tratados-como-subcidadaos.html>. Acesso em: 30 jul. 2016.